



Ditor

REGISTO N.º 1197/2023
LOCAL Sede da CIM do
Médio Tejo
DATA 09.03.2023
INÍCIO 09:30
TERMO 13:30

3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO

Ata n.º 03/2023

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vice-Presidente	Manuel Jorge S. Luz Valamatos dos Reis
Vice-Presidente	Vasco António Mendonça S. Estrela

Presidentes Câmaras Municipais:

Alcanena	Rui Fernando Anastácio Henriques
Ferreira do Zêzere	Bruno José da Graça Gomes
Ourém	Luís Miguel G. C. de Albuquerque
Sardoal	António Miguel Cabedal Borges
Sertã	Carlos Alberto de Miranda
Vila Nova da Barquinha	Fernando Manuel dos Santos Freire

Outras Presenças:

1.º Secretário Executivo	Miguel Pombeiro
Constância	Vice-presidente Helena Roxo
Torres Novas	Vereador João Trindade
CIM do Médio Tejo	Rita Trindade



ORDEM DE TRABALHOS

09H30

INFORMAÇÕES

A reunião contou com a presença do Presidente da CM da Sertã que tomou conhecimento e participou, contudo, não votou em nenhum dos assuntos presentes na reunião.

☐☐

INFORMAÇÕES

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM do Médio Tejo – Ponto de situação do fundo por executar – Informação interna n.º 847/2023

O 1.º secretário executivo deixou alguns esclarecimentos, referindo não terem havido grandes evoluções desde a passada reunião à data de hoje.
O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento da informação prestada.

☐☐

Retiro de Autarcas - 29, 30 e 31 de março – Temas a abordar

O 1.º secretário executivo deu conta de alguns pormenores do encontro de autarcas, que decorrerá no Delfim Douro Hotel, em Lamego, entre os dias 29 a 31 de março. Solicitou as confirmações de todos os presidentes, de modo a podermos operacionalizar alojamento, refeições, etc.

Deixou alguns temas a ponderar por todos para a nossa reflexão, respetivamente:

Preparação da ITI CIM e ITI OVT

- Relação de investimentos a incluir na ITI CIM;
- Projetos Intermunicipais;
- Modelo de Governança;
- Modelo de governança OVT

Partilha de metodologia da operacionalização da estratégia local de habitação | PRR

- Investimentos previstos;
- Identificação das principais dificuldades;
- Eventuais trabalhos comuns

Outros temas, como a Saúde, com eventual presença do Secretário de Estado, Educação, Turismo, Mobilidade.

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento da informação prestada.

☐☐

OUTRAS INFORMAÇÕES

Próximas Reuniões do Conselho Intermunicipal – mês de abril

Foram agendadas as próximas reuniões de abril para os dias 13 e 20.
A reunião agendada para o dia 27 fica sem efeito.

A CIM deverá comunicar aos gabinetes de apoio estas alterações.

☐☐

APPS - Áreas prioritárias de Prevenção e Segurança

O 1.º secretário executivo intermunicipal deu conta da reunião onde tinha estado no passo dia 7 da Comissão Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, sobre a metodologia para a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança (APPS) aos territórios sub-regionais.

Neste sentido, referiu que na referida reunião no documento anexo da resolução da Comissão Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (de 24 de fevereiro/2023), lhe pareceu que o ponto 7 ali referido no âmbito da metodologia seria aquele que, poderia resolver muitas das situações.

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento do referido esclarecimento.

☐☐

Voto de Louvor

A presidente da CIM do Médio Tejo deu conta de um pedido do Comandante Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil David Lobato, aferindo qual a nossa posição sobre a importância e a possibilidade de se poder dar um voto de louvor a alguns dos bombeiros no âmbito dos trabalhos desenvolvidos na Missão FOCON Chile 2023.

Esta proposta foi aceite por todos os presidentes, tendo o Conselho Intermunicipal deliberado por unanimidade solicitar os nomes e respetivos elementos de modo a prepararmos o /os referido/os voto/os de louvor.

☐☐

Decreto-Lei n.º 59/2021 – Estabelece o regime aplicável à disponibilização e divulgação de linhas telefónicas para contato do consumidor

O assunto foi referido pelo presidente da autarquia do Sardoal, dando conta que os técnicos informáticos têm alertado sobre este decreto-lei. Neste sentido, apesar de haver já algumas trocas telefónicas, a CIM ficou de preparar mais informação sobre este assunto, devendo o mesmo ser colocada na ordem de trabalhos da próxima reunião.

☐☐

84.ª Volta a Portugal

Na sequência da última reunião, e dado o diretor da prova estar envolvido em outras provas fora, os valores apresentados, que não estavam corretos, ainda não foram reformulados.

Neste sentido, este assunto será novamente analisado na próxima reunião do Conselho Intermunicipal.

☐☐

Visita de boas práticas ao Estrangeiro – 15 a 20 de maio/2023

O 1.º secretário executivo referiu que a CIM do Médio Tejo estava em conversações com a Embaixada de Israel no sentido de se efetuar uma Missão de boas práticas a este País, estando em conversações um programa para o efeito.

Foi referida a importância de se preparar/consultar as várias possibilidades de viagens, sendo que a CIM ficará com os encargos da viagem e alojamento. Os restantes

participantes terão de assumir todos os outros custos.

Prevê-se que a viagem decorra de 15 a 20 de maio.

O 1.º secretário ficou de trazer mais informações, assim que a Embaixada de Israel também lhe enviar, partilhando com todos.



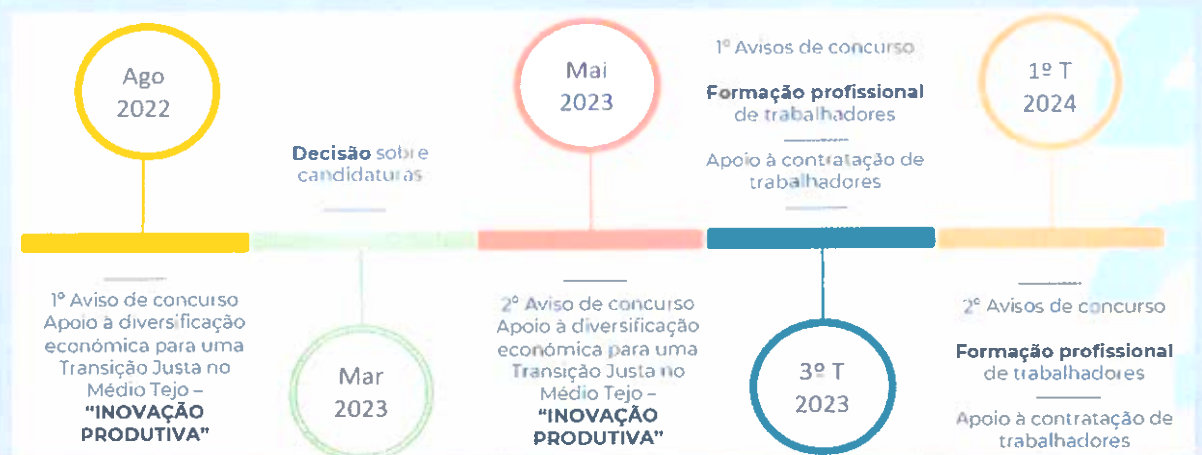
Julgados de Paz

O 1.º secretário executivo referiu que hoje não trazia informações sobre o assunto, dado que iria ainda reunir sobre este tema em reunião já agendada em Lisboa. Neste sentido, foi acordado que o assunto será analisado na próxima reunião do Conselho Intermunicipal já com mais elementos.



Fundo de Transição Justa

O 1.º secretário executivo deixou algumas notas da reunião onde esteve, referindo poucos avanços no que diz respeito a este assunto. Apresentou aos presidentes 2 slides com a informação mais relevante do que foi falado na reunião:



Ponto de situação do Aviso N.º 03/SI/2022 Apoio à diversificação económica para uma Transição Justa no Médio Tejo "INOVAÇÃO PRODUTIVA"

	N.º candidaturas	Investimento proposto (M€)
PME	8	51
não PME	6	88
Total	14	139

13 projetos analisados; 8 projetos com mérito; 3 não PME; FTJ potencial 18,5M€

Os presidentes tomaram conhecimento da informação prestada, aguardando novos desenvolvimentos sobre o assunto.



10h00

Contratos de Concessão e apresentação do acordo que vigorará durante o período transitório entre a ANMP e a E-REDES, com a presença do Eng.º Catarino Alves

A reunião contou com a presença de Catarino Alves da E-Redes e da sua equipa que fizeram um ponto de situação sobre esta matéria.

Foi referido no seguimento do DL15/ que a E-REDES celebrou um acordo com a ANMP que reflete a resposta da E-REDES às principais preocupações manifestadas pelos municípios.

Este DL 15/2022 prevê a celebração de um acordo com ANMP relativo a alterações aos atuais contratos de concessão em baixa tensão.

Este acordo consiste num protocolo com iniciativas em diferentes áreas, de forma a reforçar os níveis de articulação entre ambas as entidades:

- Partilha de informação;
- Investimento nas redes;
- Acesso e utilização de infraestruturas;
- Iluminação pública;
- Iniciativas facilitadoras do ORD;
- Comissão de Acompanhamento;
- Iniciativas com fundos comunitários.

Este acordo trará de novo para os municípios no âmbito da partilha de informação:

- Mais informação do cadastro dos ativos em uso pela concessão;
- Informação georreferenciada disponível da rede BT e IP;
- Informação sobre a utilização da capacidade na rede (potência instalada e ponta de consumo por posto de transformação);
- Informação de diagramas de cargas e produção de energia elétrica das instalações do município;
- Novos serviços digitais de disponibilização de informação (open data, APIs, SFTP,...)

Foi ainda referida a importância da criação de uma comissão de acompanhamento, que deverá ter o seguinte papel:

- Acompanhamento da formalização das alterações do acordo nos contratos de concessão
- Acompanhamento da implementação do acordo com a ANMP
- Acompanhamento da informação partilhada anualmente aos concedentes
- Acompanhamento dos investimentos da E-REDES
- Acompanhamento dos principais indicadores de funcionamento da rede BT e IP
- Avaliação de iniciativas com recurso a financiamento comunitário envolvendo os concedentes ou as CIM/AM
- Análise do plano de atividades

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento da apresentação efetuada.

No âmbito da distribuição de energia elétrica em baixa tensão| concessões municipais | modelo de organização territorial, os autarcas deliberaram por unanimidade informar a ANMP de que consideramos ficar na mesma região do Oeste e Lezíria, dada a criação da NUT II OVT. Por outro lado, enquanto menor forem o número de lotes mais consideramos a adequação da proposta de concessão.



ORDEM DO DIA

Proposta n.º 01 **Registo n.º** Interno 923/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para aprovação da ata da reunião de 23 de fevereiro/2023 - Informação interna n.º 923/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a ata da passada reunião, dia 23 de fevereiro/2023.

☐☐

Proposta n.º 02 **Registo n.º** Interno 907/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Tomar conhecimento sobre o resumo diário de tesouraria, o mapa de comparticipações em dívida e despesas aprovadas pelo secretário executivo e registo de pagamentos efetuados, deliberações do secretariado executivo intermunicipal - Informação interna n.º 907/2023

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento dos documentos apresentados, respetivamente o resumo diário de tesouraria, o mapa de comparticipações em dívida e despesas aprovadas pelo secretário executivo e registo de pagamentos efetuados, deliberações do secretariado executivo intermunicipal.

☐☐

PROPOSTAS

Proposta n.º 03

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Futuro Investimento Territorial Integrado da CIM do Médio Tejo: Tomada de posição quanto à sua operacionalização

O Conselho Intermunicipal sobre este assunto, deliberou por unanimidade enviar para a ANMP e para o Ministério da Coesão Territorial a proposta aqui presente.

Deliberaram por unanimidade o seguinte:

1. Sensibilizar junto das entidades competentes, que o sucesso da execução física e financeira do Programas Operacionais e Temáticos depende da criação de medidas excecionais, no âmbito do Portugal 2030, nomeadamente no que concerne ao Visto do Tribunal de Contas que exige o contrato de financiamento (este dependente da aprovação concreta da candidatura) o que leva a um diferencial de tempo, entre a assinatura do contrato de empreitada e o visto, em muitos dos casos, de mais de um ano. Tal facto, inviabiliza o cumprimento dos planos/ cronogramas de trabalho adjudicados e contratualizados. Neste sentido, uma medida excecional a propor, neste âmbito, seria que para efeitos de visto pelo Tribunal de Contas, é suficiente que o projeto esteja inscrito na abordagem territorial contratualizada, estando igualmente, salvaguardada a questão da demonstração da plurianualidade dos projetos.

Mais deliberou que esta proposta fosse remetida para a ANMP – Associação Nacional de

Municípios Portugueses, para sua apreciação e tomada de posição, bem como fosse remetida para a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2030 e para a Exma. Senhora Ministra da Coesão Territorial.

2. Propor que a contratualização do futuro ITI CIM Médio Tejo assente na seguinte operacionalização flexível e adequada a um efetivo e constante prémio de desempenho:

✓ Dotação de fundo a contratualizar por cada uma das Tipologias de Intervenção e respetivos projetos a uma taxa de comparticipação de 85%;

✓ Aprovação dos projetos a uma taxa de comparticipação a 70%, mas aquando a sua execução o mesmo é validado e pago a uma taxa de comparticipação de 85%, até ao limite da dotação de fundo disponível na respetiva tipologia de intervenção. Tal medida operacional pode levar a um que um projeto previsto na tipologia de intervenção não seja efetivamente aprovado/financiado, por falta de dotação financeira, uma vez que os outros projetos que foram aprovados, anteriormente, esgotaram em sede de execução a dotação global da tipologia de intervenção.

- Na oportunidade, é de relembrar o sucedido com o reforço da contratualização do Portugal 2020, em que a avaliação do mérito dos projetos e dos objetivos contratualizados, foi definida para o ano de 2018, mas tal facto, só aconteceu no ano de 2021, num período em que grande maioria dos projetos já tinha atingido os resultados esperados e contratualizados, pelo que se procedeu a uma distribuição do valor reservado por todos, não tendo existindo, de facto, o prémio de desempenho para quem no ano de 2018 tinha atingido o mérito, conforme definido no âmbito do Acordo de Parceria – Portugal 2020. Face ao exposto, é premente a definição de medidas que a priori, premeiam o mérito.

- Paralelamente, reforça-se a importância da definição do grau de maturidade dos projetos a candidatar no âmbito da ITI CIM Médio Tejo, devendo-se dar primazia, no mínimo, a aprovação do projeto de execução e do início do procedimento de contratação pública pelo órgão competente.

▢▢

Proposta n.º 04 **Registo n.º** Interno 906/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para proceder à alteração orçamental n.º 2 | Grandes Opções do Plano n.º 2/2023 e Orçamento n.º 2/2023 – Informação interna n.º 906/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade proceder à alteração orçamental n.º 2 | Grandes Opções do Plano n.º 2/2023 e Orçamento n.º 2/2023.

▢▢

Proposta n.º 05 **Registo n.º** Interno 922/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta de transferência de verba de 50% do fundo aprovado para o município de Vila de Rei | Candidatura RECOLHABIO – “Reduzir para criar mais valor” do município de Vila de Rei - Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos – Informação interna n.º 922/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a transferência de verba de 50% do montante de financiamento aprovado, de acordo com o referido na alínea a) do n.º 15.1 do Regulamento do Programa, no montante de 9.660,63€.



☞☞

Proposta n.º 06 **Registo n.º** Interno 813/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para retificação e alteração das peças do procedimento CPCC/14/2022 - Licenciamento de software - Informação interna n.º 813/2023

A presente proposta foi colocada no período das propostas por lapso. O assunto foi presente à reunião para ratificação.

Neste sentido, o Conselho Intermunicipal ratificou por unanimidade a presente proposta.

☞☞

Proposta n.º 07 **Registo n.º** Interno 875/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para aprovação das transferências para cada município beneficiário do Regime Escolar, em concreto "Pedido de Aprovação" e "Pedido de Confirmação" no IFAP para o ano letivo de 2023/2024 e seguintes - Informação interna n.º 875/2023

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento da complexidade da tramitação necessária para que a CIM do Médio Tejo submeta um pedido de pagamento por trimestre, conforme os esclarecimentos que o secretário executivo a todos transmitiu. Neste sentido, e considerando a complexidade e dificuldade na reunião da informação necessária para a submissão de um pedido de pagamento, bem como a solicitação de informação posterior e frequente pelo IFAP e o controlo in loco, foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Intermunicipal a transferência para cada município para que cada um por si possa efetuar o "Pedido de Aprovação", "Pedido de Confirmação" e "Pedidos de Pagamento" no IFAP, para o ano letivo 2023/2024 e seguintes.

☞☞

Proposta n.º 08 **Registo n.º** Interno 897/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para aprovação de transferência e verbas para os municípios de Tomar e Ourém (saldo final candidatura) - Candidatura - "Médio Tejo - Projetos de boas práticas em matéria de adaptação às alterações climáticas" : Operação POSEUR-02-1708-FC-000091 - Informação interna n.º 897/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a transferência para os municípios nos seguintes moldes:

- Que seja transferido para o município de Tomar o valor de 33.421,22€ (trinta e três mil quatrocentos e vinte e um euros e vinte e dois cêntimos).
- Que seja transferido para o município de Ourém o valor de 16.372,04€ (dezasseis mil trezentos e setenta e dois euros e quatro cêntimos).

☞☞

Proposta n.º 09 **Registo n.º** Interno 828/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para proceder ao início do procedimento da abertura de concurso público para celebração de acordo quadro para aquisição de refeições escolares | CPCC/03/2023 – Informação interna n.º 828/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a abertura de concurso público para celebração de Acordo Quadro aberto para obtenção das melhores condições para Aquisição de Refeições Escolares, bem como, aprovação da delegação de competências para, retificações às peças do procedimento, pronúncia sobre erros e omissões do caderno de encargos, prorrogação de prazo e decisão de adjudicação no Primeiro Secretário Executivo da CIM do Médio Tejo e aprovação da delegação de competências para a prestação de esclarecimentos no Júri do procedimento.

▯▯

Proposta n.º 10 **Registo n.º** Interno 851/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta de continuidade do projeto RAP Médio Tejo | Respostas de Apoio Psicológico na região do Médio Tejo – Informação interna n.º 851/2023

O Conselho Intermunicipal deliberou por unanimidade retirar a presente proposta, devendo a mesma ser analisada na próxima reunião do órgão.

▯▯

Proposta n.º 11 **Registo n.º** Interno 852/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta de continuidade do projeto Integrativamente | Saúde Mental – Informação interna n.º 852/2023

O Conselho Intermunicipal deliberou por unanimidade retirar a presente proposta, devendo a mesma ser analisada na próxima reunião do órgão.

▯▯

Proposta n.º 12 **Registo n.º** Internos 869/2023

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta de adenda ao contrato | Aquisição de uma solução de canal de denúncia interna nos termos do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGCP) e da Lei n.º 93/2021 de 20 de dezembro – Informação interna n.º 869/2023

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a prorrogação do prazo de execução do contrato até 31 de maio de 2023, produzindo efeitos retroativos ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 156.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com os artigos 287.º n.º 2 e 311.º do Código dos Contratos Públicos. Foram alertados os autarcas de que as autarquias com menos de 10 mil habitantes têm

de ter canal de denúncias externo. A CIM ficou de sistematizar informação sobre isto.

▢▢

12h00 – Mau Mau Mia Produções – Apresentação do programa televisivo Minha Terra, Minha Gente" aos autarcas com a presença do responsável.

A reunião contou com a presença de Maurício, produtor da Mau Mau Mia Produções, que fez uma apresentação aos autarcas do programa televisivo Minha Terra, Minha Gente.

Os autarcas tomaram conhecimento, não tomando nenhuma decisão no momento.

Este assunto ficou de ser analisado para que se possa tomar uma decisão na próxima reunião do Conselho Intermunicipal.

▢▢

A Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Médio Tejo

Anabela Gaspar de Freitas

A Técnica Superior

Rita Silva Vaz Neto Homem da Trindade